

O MITO DA INGLATERRA EM PORTUGAL

Luiz Eduardo Oliveira (Doutor / UFS)

O mito da Inglaterra, em Portugal, inscreve-se no próprio mito de origem do reino lusitano, uma vez que remonta à época da chamada fundação da nacionalidade, quando ocorre o que talvez seja o primeiro momento de emergência de uma consciência europeia no mundo, pois é nesse período que os europeus, tal como se fizeram conceber, confrontam-se com um Outro, seja ele representado pelo mundo eslavo do até então desconhecido Leste europeu – a Europa, conforme os gregos imaginavam, era somente a ponta do imenso continente asiático –, seja pelo inimigo muçulmano, contra o qual as Cruzadas tinham sido planejadas e organizadas. Em tal confronto, delineia-se a sua identificação com a Cristandade, que pode ser tida como precursora da ideia de Europa (Franco e Calafate, 2012). Com efeito, já no ano de 732, quando a vaga da conquista árabe tinha atingido a Europa ocidental, um cronista, ao escrever sobre a vitória de Carlos Martel em Poitiers, opunha os “muçulmanos” aos “europeus” (Le Goff, 1995). No caso de Portugal, é a busca de distanciamento com relação aos demais reinos da Hispânia que vai caracterizar os primórdios da nacionalidade, a partir de uma política diplomática “europeia”, por assim dizer, que tinha como objetivo garantir sua autonomia e independência perante os frequentes conflitos com os reinos vizinhos.

O processo de mitificação da Inglaterra, contudo, configura-se literariamente depois do Tratado de Windsor, celebrado em 1386, que prepara as negociações do casamento entre o Mestre de Avis, D. João I (1357-1433), e D. Filipa de Lencastre (1359-1415). A união das duas casas dinásticas, com efeito, vai suscitar uma série de representações da rainha e de sua origem inglesa, bem como de um momento de influência da Inglaterra em Portugal na arte da guerra, na organização militar, nas letras e nos costumes, para não mencionar o fato de que o casal de monarcas dá origem à chamada “íclita geração”, responsável pelo início da expansão colonial portuguesa. Desse modo, em textos quatrocentistas, como a *Crónica do Rei dom Joan I da boa memória*, de Fernão Lopes (c. 1380-c. 1459), a *Crónica da Tomada de Ceuta por el-rei D. João I*, de Gomes Eanes Zurara (1410-1474), e o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte (1433-1438), assistimos não somente à mitificação da tomada de Ceuta e do destino do reino de Portugal na conquista de domínios ultramarinos, mas também a um processo de

divinização dos soberanos, algo reforçado pelos adjetivos que acompanham a caracterização da rainha, em cuja imagem destaca-se o comedimento, a simplicidade, a castidade, a abstinência e sobretudo o rigor de suas práticas religiosas, que lastreia a santidade de sua morte. Assim, a par de sua imagem de esposa e mãe exemplar, emerge o modelo de uma “rainha santa” que influi decisivamente nos destinos políticos de Portugal, pois, além de legitimar a dinastia de Avis, sacralizando-a, consolida a aliança luso-britânica (Silva, 1988, p. 309-310).

A aliança relaciona-se também com o lendário episódio dos Doze de Inglaterra, sacramentado literariamente no Canto IV de *Os Lusíadas* (1572). Trata-se da história de doze damas da Casa de Lencastre que, tendo sido insultadas por cavaleiros ingleses, pedirem ao duque de Lencastre (1340-1399), pai de Filipa, rainha de Portugal – do seu primeiro casamento com Blanche de Lencastre (1345-1369) –, ajuda para defender sua honra. Atendendo à solicitação do sogro, D. João I envia doze de seus melhores homens para Londres, de onde regressam vitoriosos, uns para Portugal, outros para a Europa, em busca de mais aventuras. O episódio, além de ressaltar os valores cavaleirescos tão caros à época, revestia-se de uma funcionalidade política crucial ao reino de Portugal, pois contribuía de forma eficaz para o reconhecimento internacional da Casa de Avis. A obra de Camões, contudo, não é a fonte original de tal história, pois existem outros textos que fazem referência ao relato, de origem provavelmente oral, que apontam para um documento datado de meados do século XV: *Cavalarias de Alguns Fidalgos Portugueses*, um manuscrito preservado na Biblioteca Municipal do Porto, e *Memorial das Proezas da Sagrada Távola Redonda*, escrito por Jorge Ferreira de Vasconcelos (c.1515-1585) e datado de 1567. Outros dois relatos baseiam-se em fontes anteriores a Camões: a edição dos *Diálogos de Vária História*, de Pedro de Mariz (c. 1550-1615), e *Lusíadas de Luís de Camoens Comentados* (1613), de Manuel Correia (Hutchinson, 2008).

Do conjunto desses textos, *Cavalarias de Alguns Fidalgos Portugueses* apresenta a versão mais antiga dos Doze de Inglaterra, com características formais que o situam na tradição dos *Livros de Linhagem*, que incluíam lendas e fábulas fantásticas para narrar o mito de origem de algumas casas aristocráticas. Divide-se em duas seções distintas: o episódio dos Doze de Inglaterra e as aventuras de dois dos doze heróis: Álvaro Vaz de Almada (1390-1449), depois conde de Avranches, e Álvares Gonçalves, o célebre *Magriço* de *Os Lusíadas*.

O texto, marcado, em sua estrutura, por elementos de tradição oral, o que faz com que não seja precedido por uma explicação acerca da origem do relato nem apresente uniformidade em sua trama, refere-se, em seu primeiro parágrafo, à presença do duque de Lencastre e seu contingente em Portugal, após a vitória dos aliados contra Castela em Aljubarrota, em 1385, mas não menciona o Tratado de Windsor, que foi tão importante para os portugueses quanto para os ingleses, uma vez que a intervenção de John of Gaunt (1340-1399) – primeiro duque de Lencastre, filho de Eduardo III, pai de Filipa e mecenas do célebre escritor inglês Geoffrey Chaucer (c. 1343-1400) – na Península Ibérica tinha o objetivo não somente de ajudar os portugueses contra os castelhanos, mas também de enfraquecer os franceses no contexto maior da Guerra dos Cem Anos. Ademais, seu segundo casamento, com D. Maria Padilha (1334-1361), filha bastarda de Pedro, o Cruel (1320-1369), rei de Castela e Leão, justificava a sua pretensão ao trono, quando da morte do rei e ascensão de João de Trastâmara (1358-1390) (Dória, 1981, p. 321).

Um aspecto a ser destacado, nesse processo de mitificação desencadeado pela lenda dos Doze de Inglaterra, é o fato de ser omitido o desapontamento dos portugueses com a ação militar dos aliados ingleses, bem como o descrédito de D. João perante os súditos quando o seu sogro assinou termos de paz com Castela, em proveito da ênfase sobre o ambiente de prosperidade resultante da vitória de Aljubarrota. Com efeito, datam do reinado de D. João I as primeiras conturbações da aliança, desencadeadas por inúmeras queixas apresentadas ao monarca português por mercadores que procuravam comerciar com a Inglaterra e viam seus produtos confiscados pelos ingleses como meio de pagamento das dívidas da Coroa portuguesa, havendo casos em que navios e mercadorias eram capturados no mar e os cidadãos portugueses presos, como ocorreu com o meio-irmão do rei, o infante D. Dinis (c. 1354-1397). Os mercadores do Porto, insatisfeitos com a situação, começaram a exigir o direito de se apoderar da propriedade dos mercadores ingleses em Portugal, para compensar as perdas sofridas pelos seus compatriotas ao longo da costa inglesa. Mesmo tendo Henrique IV (1366-1413), filho e sucessor de Eduardo III (1312-1377), tentado dar um tratamento mais equitativo aos cidadãos portugueses depois das queixas do próprio D. João I, os portugueses nunca tiveram na Inglaterra os mesmos privilégios que os ingleses tinham em Portugal (Gouge, 2008). Assim, não é de se estranhar que a história apresente os portugueses como superiores aos ingleses.

O relato dos Doze de Inglaterra, sobre o qual voltaremos a tratar com mais vagar, relaciona-se também com o ciclo do romance arturiano, na medida em que busca aproximar a harmonia estabelecida com a recém-fundada dinastia de Avis do momento de paz e prosperidade que sucedeu à vitória do rei Artur sobre os barões do seu reino que contra ele se revoltaram. Ademais, os Doze de Inglaterra podem não somente associar-se aos doze apóstolos e aos doze pares de França da época carolíngia, mas também aos doze cavaleiros enviados pelo imperador romano Lúcio Tibério para desafiar o rei Artur, episódio narrado na adaptação portuguesa da *Historia Regum Britanniae* (c. 1136), de Geoffrey of Monmouth (c. 1100-1155), no já referido *Livro de Linhagem* de D. Pedro, conde de Barcelos, embora a simbologia numérica do relato também possa estar relacionada com a Ordem de *L'Écu Vert à la Damme Blanche*, fundada em 1399 por Jean Le Meingre (1364-1421), o Marechal Boucicault.

Assim, embora as manifestações portuguesas do chamado “ciclo bretão”, como representações literárias do ideal cavaleiresco da vida cortesã e religiosa, não se diferenciem das manifestações europeias, em geral, e da Península Ibérica, em particular, que igualmente partilhavam de traduções e adaptações diversas das aventuras do rei Artur e dos Cavaleiros da Távola Redonda (Saraiva e Lopes, 1979, p. 39-41), a apropriação do romance arturiano em Portugal relaciona-se intimamente com as relações dinásticas, políticas e diplomáticas advindas da aliança inglesa, como se pode notar em obras como *O Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Moraes (1500-1572), cuja terceira edição foi impressa em Évora em 1564-1567, na linha do ciclo castelhano iniciado pelo *Palmeirim de Oliva*, de 1511, pelo *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda* (1567), de Jorge Ferreira de Vasconcelos (c.1515-1585), e *Amadis de Gaula*, obra impressa primeiramente em castelhano em 1508. Contudo, os heróis do romance arturiano já são referidos na lírica galego-portuguesa desde meados do século XIII, sendo o rei Artur mencionado somente pelos cronistas do século seguinte.

Desse modo, os frequentes contatos que os portugueses tiveram com os ingleses, sobretudo depois do Tratado de Windsor, fizeram com que os autores quinhentistas interpretassem o *ciclo bretão* como um conjunto de histórias de um rei inglês e sua corte, tal como afirmava D. Pedro, conde de Barcelos, em suas crônicas, apesar de sua procedência provençal e de o reino de Artur não ser a Inglaterra, mas o mítico território de Logres. Ferreira de Vasconcelos, por exemplo, identifica a Ordem da Távola Redonda com a Ordem da

Jarreteira, nomeando um dos cavaleiros da corte do rei Sagamor, um certo Findoflor de Mares, “duque de Lencastre”, algo que não se deve estranhar quando se leva em conta que em 1331, quando Eduardo III visitou Glastonbury, onde supostamente jazia o corpo de Artur, prometeu reestabelecer a Ordem da Távola Redonda, criando para si uma linhagem imaginária que ligava a sua dinastia à do lendário rei. Assim, as semelhanças entre os nomes dos reis ingleses e de seus descendentes no romance arturiano português produzido no século XVI – casos de Lisuarte e Duardos, no *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda*, que derivam de Eduardo ou Duarte – decorrem de referências históricas ao rei Eduardo III.

Mas o mito da Inglaterra, em Portugal, não é somente um mito de origem, mas também um mito de fim e renovação, com o qual se relaciona e se confunde. Nesse sentido, a ideia de criação, ao se configurar, nas comunidades primitivas ou modernas, em momentos de crise militar, política ou religiosa, é motivada por um desejo ou recordação imaginária de uma Idade de Ouro primordial ou de um “Paraíso Perdido”. Assim, a escatologia constitui-se como a prefiguração de uma cosmogonia do futuro, como sugerem não somente os mitos do Fim do Mundo, tanto nas religiões orientais quanto nos milenarismos primitivos e nos apocalipses judaico-cristãos, mas também nas sagrações dos reis e nos ritos do Ano Novo, em que a renovação cosmogônica do mundo busca resgatar a perfeição dos primórdios. Vale ressaltar que a mitologia escatológica e milenarista emerge em vários períodos históricos, chegando ao século XX, por exemplo, sob a forma secularizada do Nazismo e do Comunismo (Eliade, 2000).

Durante a Idade Média, não só as famílias ou casas dinásticas e nobiliárquicas reivindicaram tradições mitológicas próprias, mas também os grupos sociais, como os artesãos e os cavaleiros, que buscavam seus modelos nas histórias do romance arturiano, especialmente no episódio da busca do Santo Graal. Em tais narrativas, os heróis e reis assumem função escatológica, apresentando-se, mais do que como reformadores ou revolucionários, como fundadores de uma nova era, e assim como renovadores ou salvadores cósmicos ou sagrados. Tal foi o caso do Sacro Imperador Romano-Germânico Frederico II (1194-1250), mas também, em Portugal, o de Afonso Henriques, D. João I e, sobretudo, D. Sebastião (1554-1578). A funcionalidade política da mitologia escatológica faz com que ela transcenda os limites do período medieval e estenda-se ao mundo moderno. Isso porque o mito, para além do seu caráter fundamentalmente discursivo e narrativo, possui, como já se

afirmou, uma dimensão performativa que, embora busque raízes num passado longínquo, confronta-se reiteradamente com o presente e se projeta no futuro. É nesse sentido que Barthes (2007) afirma que o mito tem um poder imperativo e interpelativo, pois, partindo de circunstâncias históricas, atira-nos a sua força intencional diretamente, intimando-nos a receber a sua ambiguidade expansiva. Desse modo, sendo o significante do mito um todo inextricável de forma e sentido, recebemos uma significação ambígua, tonando-nos parte de sua própria dinâmica.

No caso dos mitos do fim do mundo, seja pelas águas, como os mitos diluvianos, seja pelo fogo, mediante incêndios catastróficos, sua simbologia, como já foi dito, configura-se como um retorno ao Caos e à cosmogonia, fazendo renascer, consequentemente, as esperanças no reaparecimento de uma terra virgem e uma humanidade nova. Nos apocalipses judaico-cristãos, a chegada do Messias, ou o segundo advento de Cristo, precedem o Juízo Final e o Fim do Mundo, mas implicam também a restauração do Paraíso, tal como prevê a História Sagrada. Com efeito, o cristianismo, sendo herdeiro do judaísmo, adota o tempo linear da história, que substitui o tempo circular da liturgia, pois o mundo, na mitologia cristã, foi criado somente uma vez e terá um fim único, assim como a Encarnação. Desse modo, como afirma Eliade (2000, p. 143), a “judaização” do cristianismo primitivo equivale à sua “historicização”. Ao regresso ao Caos está relacionado o Anticristo, falso Messias representado por um dragão ou demônio, cujo reino é marcado pela destruição dos valores sociais, morais e religiosos. Do enfrentamento e da vitória do Salvador sobre as forças do Mal vai depender a paz e a prosperidade do novo recomeço. Essa é mais ou menos, do ponto de vista estrutural, a “morfologia do conto”, tal como demonstrou Propp (1978): a uma “procura” ou “aventura”, como a busca do Santo Graal, por exemplo, seguem-se as “funções”, representadas por heróis cuja missão é enfrentar o oponente com a ajuda de um talismã ou de uma espada sagrada, vencê-lo, libertar o povo e ascender ao trono. Como notou Burkert (1991, p. 23), o opositor do herói deve ser poderoso e causador de medo, isto é, “mau” no sentido mais verdadeiro da palavra.

É desse modo que, aos mitos, por assim dizer, positivos, como, no caso da história de Portugal, o da sua eleição por Deus, na Batalha de Ourique, ou, em sua perspectiva utópica, o mito do Encoberto, no movimento messiânico do Sebastianismo, ou ainda na ideia de um Quinto Império, correspondem os mitos negativos de feição “anti”, fomentados e

utilizados, como nota Franco (2006), com vistas à monopolização e instrumentalização coletiva, seja para preservar a sua autonomia e garantir a sua regeneração, seja para promover a sua renovação ou seu progresso. Assim, na medida em que se configuram no imaginário popular, os mitos negativos institucionalizam-se politicamente, como foi o caso da figuração negativa do castelhano, da perseguição aos muçulmanos e judeus e da demonização dos jesuítas, a partir do período pombalino (1750-1777). Nesse contexto insere-se também a anglofobia, pois a aliança com a Inglaterra, a partir do século XVIII, especialmente depois do Tratado de Methuen (1703), vai ser interpretada, em perspectiva histórica, como uma das causadoras de todos os males do reino e depois da nação portuguesa, atingindo seu ápice com o Ultimato de 1890, como veremos.

Convém ressaltar, nesses casos, o caráter etiológico do mito, uma vez que ele busca identificar as causas da decadência moral, social ou religiosa de um determinado povo ou reinado, para o que se propõe a substituição do “esquema da descida” pelo da “ascensão” (Durand, 1997), que se apresenta como a utopia de uma nova era, ou a reconquista de uma Idade de Ouro perdida. Em tal processo, o “Mito de *complot*” desempenha um papel fundamental, dada a sua função mobilizadora para atender a fins ideológicos. Com efeito, o discurso do *complot*, que pode ser entendido como um dispositivo retórico que possibilita a figuração do inimigo como uma ameaça global destituída de qualquer sentimento de humanidade, dá origem a uma teoria da conspiração que acaba por confundir o oponente com o próprio Mal, mesmo que ele apareça transfigurado sob a forma de um mostro, de um dragão ou de Satã. Como veremos, o discurso do *complot* com relação à Inglaterra se fará presente em vários momentos.

É possível identificar, como faz Eliade (2000), uma linha de continuidade entre as concepções escatológicas medievais e as filosofias da história iluministas do século XIX, ou em vários outros mitos do mundo moderno. É o caso da Reforma religiosa, que, mediante um regresso à Bíblia, busca reviver a experiência da Igreja primitiva; da Revolução Francesa, cujas principais lideranças procuravam restaurar as virtudes dos romanos e espartanos, do modo por que são exaltadas por Tito Lívio (c. 59-17) e Plutarco (46-126); do racismo arianista, que resgata, através de uma suposta linha ascendente de pureza de sangue, o herói nobre primordial; e do comunismo marxista, cuja projeção de uma sociedade sem classes nos remete de imediato ao mito da Idade de Ouro, que seria alcançada com o “fim da história”. A

mitologia escatológica pode ser encontrada também nos chamados “mitos de elite”, como se nota nas experiências vanguardistas da arte das primeiras décadas do século XX, marcadas por experimentos estéticos de artistas que tinham como objetivo destruir a linguagem convencional e fundar uma outra, original e às vezes “primitiva”, ou no mito do artista maldito e incompreendido, e nos *mass media*, seja através dos super-heróis das histórias em quadrinhos, seja nas grandes produções cinematográficas.

No caso do mito da Inglaterra em Portugal, podemos identificar uma dupla funcionalidade. Se, por um lado, ele se inscreve nas origens do reino ou nos momentos de refundação da nação, configura-se discursivamente em termos positivos, o que faz com que as narrativas de Portugal que o levam em conta sejam caracterizadas por um movimento de anglofilia. Se, por outro lado, ele se inscreve nos mitos apocalípticos, em períodos de crise e decadência financeira, política e militar, emerge como um Outro demonizado, tal como um Anticristo, que é geralmente representado sob a forma de um monstro ou dragão, simbolismo que sumariza, conforme Durand (1997), todos os aspectos negativos do regime noturno da imagem. Nesses casos, portanto, trata-se de um movimento de anglofobia, que podemos conceber como um processo de demonização do Outro que teve como corolário a constituição discursiva da identidade nacional portuguesa, através de uma comparação em negativo. É preciso ressaltar, no entanto, que tal processo decorre de circunstâncias históricas concretas, marcadas por uma relação de dependência suportada porque necessária à autonomia e à legitimação do reino que depois se transformou em nação.

Dois momentos se destacam nesse processo: o período pombalino (1750-1777) e o Ultimato inglês (1890), apesar de haver outros nos quais as manifestações antibritânicas se fizeram notar de modo significativo, como o período que segue à Guerra Peninsular, no reinado de D. João VI (1767-1826). No primeiro desenvolveu-se, como política de Estado, embora velada, uma certa anglofobia da parte de alguns intelectuais portugueses, o que se verifica tanto nos relatórios e ofícios diplomáticos do período joanino quanto na legislação pombalina que regulamentava as Aulas e as Companhias de Comércio então criadas, bem como os intentados incrementos à defesa, indústria e à instrução pública, mesmo que para tanto o país fosse obrigado a contar com o auxílio inglês. No segundo, por sua vez, assistimos a uma espécie de profecia da ressurreição nacional num momento de crise política e bancarrota financeira, pois prenuncia, com a sua derrocada, a reatualização do Quinto

Império, que se expressa no imaginário social como a chegada de uma nova era, ou de uma nova Idade de Ouro – que, no caso da geração de intelectuais de 1870, se confundia com a República.

Levando em conta tais pressupostos, foram demarcados dois limites cronológicos significativos: 1386, ano em que foi firmado o Tratado de Windsor, que preparou o momento para a união dinástica com a Inglaterra e a legitimação da Casa de Avis, e 1986, ano em que Portugal entra definitivamente para a Comunidade Econômica Europeia, para onde foram transferidas as esperanças de prosperidade e, com elas, o mito do Quinto Império, como uma forma de compensação da perda das colônias africanas, sendo-lhe oferecido o portal de entrada na Europa “civilizada” e “polida”, algo tão almejado por Pombal, já no século XVIII, bem como um novo meio de afirmar-se de maneira intercontinental: a lusofonia, daí o mapeamento e o estudo linguístico da chamada Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Tradução: José Augusto Seabra. Lisboa: Edições 70, 2007.
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arqueologia geral. Tradução: Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ELIADE, Mircea. **Aspectos do mito**. Tradução: Manuela Torres. Lisboa: Edições 70, 2000.
- FRANCO, José Eduardo. **O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)**. Lisboa: Gradiva, vol. 1, 2006
- FRANCO, José Eduardo e CALAFATE, Pedro (coord.). **A Europa segundo Portugal**: ideias de Europa na cultura portuguesa, século a século. Gradiva, 2012.
- LE GOFF, Jaques, **A velha Europa e a nossa**. Tradução: Regina Louro. Lisboa: Gradiva, 1995.
- SILVA, Amélia Maria Polônia da. “D. Filipa de Lencastre: representações de uma rainha”, in **Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (de 15 a 18 de outubro)**. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1988, pp. 297-313. Texto disponível em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1210&sum=sim>, acessado no dia 2 de janeiro de 2012, às 13h e 30min.

HUTCHINSON, Amélia P. “‘Os Doze de Inglaterra’: um romance sobre as relações anglo-portuguesas na Baixa Idade Média?”, in BULLÓN-FERNÁNDEZ, María (coord.). **A Inglaterra e a Península Ibérica na Idade Média – séculos XII-XV**: intercâmbios culturais, literários e políticos. Tradução: Catarina Fonseca. Lisboa: Europa-América, 2008.

PROPP, Vladimir. “As transformações dos contos fantásticos”. In **Teoria da Literatura**: os formalistas russos. 4. ed. Tradução: Ana Maria Filipovsky, Maria Aparecida Pereira, Regina Zilberman e Antonio Carlos Hohlfeldt. Porto Alegre: Globo, 1978.